

## SUMÁRIO

<i>Nota do Autor</i> .....	XV
PARTE I – FUNDAMENTOS GERAIS.....	1
Capítulo 1 – CONCEITO, CARACTERES E MÉTODO DO DIREITO PENAL .....	1
1.1. Conceito .....	1
1.2. O direito penal e os dados sociais .....	3
1.3. Caracteres .....	5
1.4. O método .....	6
Capítulo 2 – A PENA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL .....	8
2.1. A pena e sua relevância discursiva .....	8
2.2. Teorias absolutas .....	8
2.3. Teorias utilitárias .....	9
2.3.1. Teorias da prevenção geral negativa .....	9
2.3.2. Teorias da prevenção geral positiva .....	10
2.3.3. Teorias da prevenção especial positiva .....	11
2.3.4. Teorias da prevenção especial negativa .....	11
2.4. Teorias da união .....	12
2.5. Direito penal mínimo .....	12
2.6. Teoria agnóstica da pena .....	13
2.7. A pena. Uma aproximação histórica .....	14
Capítulo 3 – PRINCÍPIOS INFORMADORES DO DIREITO PENAL .....	21
3.1. O princípio da legalidade .....	21
3.1.1. Enunciado .....	21
3.1.2. O princípio da legalidade e a lei penal em branco .....	22
3.1.3. Implicações do princípio da legalidade .....	22
3.2. Princípio da lesividade .....	24
3.2.1. Enunciado .....	24
3.2.2. Implicações do princípio da lesividade .....	24
3.3. Princípio da culpabilidade .....	25
3.4. Princípio da intranscendência da pena .....	26
3.5. Princípio da humanidade .....	27

3.6. Princípio da proibição da dupla punição .....	28
3.7. Limitações materiais do poder punitivo .....	28
<b>Capítulo 4 – LEI PENAL. VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO</b> .....	<b>31</b>
4.1. A lei penal como objeto de conhecimento .....	31
4.2. Validade temporal da lei penal .....	32
4.2.1. Considerações gerais .....	32
4.2.2. Momento do crime .....	33
4.2.3. Extensão da aplicação dos princípios de ultra-atividade e retroatividade .....	34
4.2.4. Contagem do prazo .....	35
4.2.5. A retroatividade da jurisprudência .....	36
4.3. Validade espacial da lei penal .....	36
4.3.1. Considerações gerais .....	36
4.3.2. A territorialidade da lei penal. Princípios da territorialidade e do pavilhão .....	37
4.3.3. Lugar do crime .....	38
4.3.4. A extraterritorialidade da lei penal. Aplicação dos princípios da nacionalidade ou personalidade; real ou da defesa; e da universalidade .....	39
4.4. A lei penal e as imunidades .....	40
4.4.1. As imunidades diplomáticas .....	40
4.4.2. As imunidades parlamentares .....	41
<b>PARTE II – O DELITO</b> .....	<b>45</b>
<b>Capítulo 5 – ESTRUTURA DA TEORIA DO DELITO. PRINCIPAIS MODELOS</b> .....	<b>45</b>
5.1. Lineamentos .....	45
5.2. Evolução da teoria do crime .....	47
5.3. Sínteses .....	50
<b>Capítulo 6 – AÇÃO</b> .....	<b>53</b>
6.1. Base construtiva .....	53
6.2. Estrutura da conduta .....	54
6.3. Ausência de conduta .....	54
<b>Capítulo 7 – TIPICIDADE</b> .....	<b>56</b>
7.1. Definição do âmbito da proibição legal .....	56
7.1.1. A função política da tipicidade .....	56
7.1.2. O conceito do tipo penal .....	56

7.1.3. Evolução do conceito de tipo penal .....	57
7.2. A relação entre tipicidade e antijuridicidade .....	58
7.2.1. A aplicação da lei penal .....	58
Capítulo 8 – TIPO ATIVO DOLOSO .....	61
8.1. Estrutura geral .....	61
8.2. O aspecto objetivo: o tipo objetivo sistemático .....	62
8.2.1. Alteração do contexto social .....	62
8.2.2. Nexo de causalidade .....	63
8.2.3. Outros elementos do tipo objetivo sistemático .....	65
8.3. O aspecto objetivo: o tipo objetivo com função conglobante ...	65
8.3.1. Configuração .....	65
8.3.2. Hipóteses de ausência de conflitividade .....	66
8.3.3. Imputação objetiva do resultado .....	71
8.3.3.1. A imputação no autor e no partícipe primário.....	72
8.3.3.2. A imputação no partícipe secundário e no instiga- dor .....	73
8.4. O aspecto subjetivo .....	76
8.4.1. Estrutura do aspecto subjetivo do tipo doloso .....	76
8.4.2. O dolo .....	76
8.4.3. Elementos subjetivos distintos do dolo .....	78
8.4.4. Hipóteses de atipicidade .....	80
8.4.4.1. Ausência de dolo por erro de tipo .....	80
8.4.4.2. Erro sobre a causalidade .....	81
8.4.4.3. Erro sobre elementos eventuais do tipo .....	83
Capítulo 9 – TIPO ATIVO IMPRUDENTE .....	86
9.1. Considerações gerais .....	86
9.2. Estrutura do tipo imprudente .....	87
9.2.1. Tipo objetivo sistemático .....	87
9.2.2. Tipo objetivo conglobante .....	87
9.2.3. Culpa temerária e não temerária .....	90
9.3. Estrutura do tipo subjetivo.....	91
Capítulo 10 – TIPO OMISSIVO .....	94
10.1. Configuração .....	94
10.2. Estrutura do tipo omissivo doloso .....	95
10.3. O tipo objetivo sistemático .....	95
10.4. O tipo objetivo conglobante .....	96
10.5. O tipo subjetivo .....	96
10.6. Tipo omissivo imprudente .....	97

Capítulo 11 – ANTIJURIDICIDADE .....	99
11.1. Configuração da antijuridicidade .....	99
11.2. Características da antijuridicidade e estrutura.....	99
11.3. Causas de justificação .....	100
11.3.1. Legítimo exercício de um direito .....	100
11.3.2. Legítima defesa .....	100
11.3.3. Estado de necessidade .....	102
11.4. Excesso nas causas de justificação .....	103
Capítulo 12 – CULPABILIDADE .....	105
12.1. Configuração .....	105
12.2. Evolução do conceito .....	106
12.3. Estrutura da culpabilidade .....	107
12.3.1. Possibilidade de exigir a compreensão da ilicitude .	108
12.3.1.1. Inimputabilidade .....	108
12.3.1.2. A embriaguez .....	110
12.3.1.3. O erro de proibição .....	110
12.3.1.4. O erro na punibilidade .....	111
12.3.1.5. Efeitos dos erros sobre a ilicitude .....	111
12.3.2. Possibilidade de atuar conforme o direito .....	112
12.3.2.1. A coação moral irresistível .....	113
12.3.2.2. A obediência hierárquica .....	113
12.3.2.3. Incapacidade para dirigir as ações conforme	
o âmbito de compreensão da ilicitude .....	114
12.3.2.4. Causas supralegais de exculpação .....	114
Capítulo 13 – PROBLEMAS PARTICULARES DA TIPICIDADE .....	117
13.1. Aspectos gerais .....	117
Capítulo 14 – ETAPAS DO DELITO .....	120
14.1. Considerações gerais .....	120
14.2. O <i>iter criminis</i> .....	121
14.3. Tentativa – Estrutura .....	122
14.4. Limites da tentativa – Atos preparatórios e começo de exe-	
cução .....	123
14.5. A consumação e o exaurimento .....	123
14.6. Classificação da tentativa .....	124
14.7. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arren-	
dimento posterior .....	126
14.8. Punição da tentativa .....	127

Capítulo 15 – CONCURSO DE CRIMES .....	129
15.1. Considerações gerais .....	129
15.2. A unidade de conduta .....	130
15.3. O crime continuado .....	131
15.3.1. Conceito .....	131
15.3.2. Conseqüências .....	132
15.4. Concurso formal .....	133
15.4.1. Conceito .....	133
15.4.2. Classificações do concurso formal .....	133
15.4.3. Conseqüências .....	133
15.5. Concurso material .....	134
15.5.1. Conceito .....	134
15.5.2. Conseqüências .....	134
15.6. Concurso aparente de normas .....	135
Capítulo 16 – CONCURSO DE PESSOAS .....	138
16.1. Considerações gerais .....	138
16.2. O autor .....	139
16.2.1. Teorias diferenciadoras da autoria .....	139
16.2.2. Nossa opção construtiva .....	140
16.2.3. Tipos de autoria .....	141
16.3. Participação .....	142
16.3.1. Conceito .....	142
16.3.2. Estrutura da participação .....	142
16.3.3. Formas de participação .....	143
16.4. Concorrência em crime de menor gravidade .....	144
16.5. Das circunstâncias incomunicáveis .....	144
16.6. A resposta punitiva no concurso de pessoas .....	145
16.7. Crime de concurso necessário .....	146
PARTE III – AS CONSEQÜÊNCIAS DO DELITO .....	149
Capítulo 17 – A RESPOSTA PUNITIVA .....	149
17.1. Aspectos gerais .....	149
17.2. Espécies de penas .....	149
Capítulo 18 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....	152
18.1. Tipos de penas .....	152
18.2. Regras gerais de cumprimento da pena privativa de liberdade .....	153
18.3. Regimes penitenciários .....	153



18.4. Regime inicial de cumprimento de pena .....	156
18.5. Progressão de regime .....	157
18.6. Regressão de regime .....	158
18.7. Detração penal .....	159
<b>Capítulo 19 – APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE</b> .....	161
19.1. Considerações gerais .....	161
19.2. Cálculo da pena .....	161
19.2.1. Primeira fase .....	162
19.2.1.1. Considerações gerais .....	162
19.2.1.2. Circunstâncias judiciais em particular .....	163
19.2.2. Segunda fase .....	165
19.2.2.1. Considerações gerais .....	165
19.2.2.2. Circunstâncias agravantes em particular .....	165
19.2.2.3. Circunstâncias agravantes no caso de concurso de pessoas .....	168
19.2.2.4. Circunstâncias atenuantes .....	169
19.2.2.5. Concorrência de circunstâncias de agravação e atenuação .....	169
19.2.3. Terceira fase .....	170
19.2.3.1. Considerações gerais .....	170
19.3. Limites das penas .....	170
<b>Capítulo 20 – PENA RESTRITIVA DE DIREITOS</b> .....	174
20.1. Considerações gerais .....	174
20.2. Requisitos para a substituição .....	174
20.3. Espécies de penas restritivas de direitos .....	175
20.4. Forma de substituição .....	176
20.5. Conversão de pena restritiva de direitos por pena privativa de liberdade .....	177
<b>Capítulo 21 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA</b> .....	178
21.1. Considerações gerais .....	178
21.2. Momento de aplicação da suspensão condicional da execução da pena .....	179
21.3. Espécies de suspensão da execução da pena .....	179
21.3.1. <i>Sursis</i> simples .....	179
21.3.2. <i>Sursis</i> etário e <i>sursis</i> humanitário .....	180
21.3.3. <i>Sursis</i> especial .....	181

21.4. Trâmite .....	182
21.5. Revogação .....	182
21.6. Prorrogação do prazo de suspensão da execução da pena ..	182
21.7. Cumprimento das condições .....	183
<b>Capítulo 22 – PENA DE MULTA .....</b>	<b>185</b>
22.1. Considerações gerais .....	185
22.2. Parâmetros da pena de multa .....	185
22.3. Determinação da pena de multa .....	185
22.4. Multa substitutiva .....	186
22.5. Pagamento da multa .....	186
<b>Capítulo 23 – MEDIDAS DE SEGURANÇA .....</b>	<b>187</b>
23.1. Considerações gerais .....	187
23.2. Pressupostos de aplicação .....	187
23.3. Espécies de medidas de segurança .....	188
23.4. Duração da medida .....	188
<b>Capítulo 24 – EFEITOS PARTICULARES DA CONDENAÇÃO .....</b>	<b>190</b>
24.1. Considerações gerais .....	190
24.2. Efeitos genéricos .....	190
24.3. Efeitos específicos .....	191
<b>Capítulo 25 – LIVRAMENTO CONDICIONAL .....</b>	<b>193</b>
25.1. Considerações gerais .....	193
25.2. Requisitos .....	193
25.3. Condições do livramento .....	194
25.4. Revogação do livramento .....	195
25.5. Extinção da pena .....	196
<b>Capítulo 26 – REABILITAÇÃO .....</b>	<b>197</b>
26.1. Conceito .....	197
26.2. Condições de reabilitação .....	197
26.3. Revogação .....	198
<b>Capítulo 27 – PUNIBILIDADE E SUAS CAUSAS EXTINTIVAS .....</b>	<b>200</b>
27.1. Considerações gerais .....	200
27.2. Condições de punibilidade .....	202
27.2.1. As condições objetivas de punibilidade .....	202
27.2.2. As condições para o exercício da ação penal .....	203
27.3. Causas extintivas da punibilidade .....	207
27.3.1. As chamadas escusas absolutórias .....	207

27.3.2. Outras causas extintivas da punibilidade .....	207
27.3.3. Causas extintivas da punibilidade em particular .....	208
27.4. A prescrição – Sua operatividade .....	214
27.4.1. Síntese dos tipos de prescrição .....	220

